

**PALESTRA DE FÁBIO FELDMANN, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO
FÓRUM NACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, NO SEMINÁRIO
NOVOS MERCADOS POR UMA ECONOMIA VERDE
(CRÉDITOS DE CARBONO E SERVIÇOS FLORESTAIS)
Rio de Janeiro, 23 de março de 2001**

Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade de participar deste seminário aos organizadores Michael Jenkins, da Forest Trends, Peter May, do Pró-Natura, Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra, e à maior parte das pessoas aqui presentes, com quem tenho convivido nesses últimos anos em torno da questão ambiental. Quero saudar especialmente a Isaura Frondizi, que é a nossa grande ecologista, e que faz um enorme esforço para “esverdear” o BNDES. Um dia talvez, após o “s” do social possamos acrescentar o “e” de ecológico ao nome do BNDES.

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que foi criado há praticamente um ano, é presidido pelo Presidente da República e composto, num primeiro nível, por doze ministros e representantes da sociedade civil e é uma experiência inédita e pioneira no Brasil. Na medida em que pretende fazer a interface entre governo e sociedade, o Fórum não é necessariamente governo e, no sentido em que pretende estimular o debate, não é necessariamente sociedade. Por isso às vezes me sinto numa situação algo desconfortável, porque o pessoal do governo acha que eu sou ONG e as ONGs acham que eu sou governo. Assim como nessa mesa, vejo-me às vezes na situação de ter que questionar alguém, como o meu amigo do Banco Mundial, em relação a algumas observações que ele fez. O Brasil é um dos países que faz parte da Prototype Carbon Fund e houve uma enorme discussão em relação a isso. Muitos brasileiros, responsáveis por essa temática, tinham dúvida sobre o papel do Banco Mundial nessa questão, inclusive porque o Banco Mundial, num determinado momento dessas negociações, pretendeu assumir, ou que o GEF assumisse, um papel mais relevante nesse processo. Houve muita restrição a isso, basicamente por parte dos países não industrializados, que são os países não inseridos no anexo 1, tanto pelo conteúdo ideológico, muitas vezes pela ação do Banco Mundial, quanto pela burocracia que existe no GEF, o que foi objeto de grande discussão. Portanto, o Banco Mundial foi um pouco rejeitado nesse processo. Eu fui um dos que mais defendeu a entrada do Brasil no Prototype Carbon Fund, no sentido de que o Brasil apresentasse a carta de não objeção em relação ao projeto Plantar. Mas quando vejo o representante do Banco Mundial colocando questões de alto conteúdo ideológico, que são objetos de debate aqui, fico um pouco perplexo, porque a questão que existe na negociação do Protocolo de Kyoto é de altíssima complexidade, razão pela qual, no próprio mundo das ONGs - e estou vendo o Anthony Anderson aqui - existe uma enorme divergência de posições em relação, por exemplo, aos chamados *sinks*, isto é, sumidouros. Portanto, quando no meio de uma exposição, mesmo que se observe que estou falando em caráter pessoal, o representante do Banco Mundial defende a inclusão de sumidouros, penso que realmente os negociadores brasileiros teriam razão no sentido de discordar do alto

conteúdo ideológico manifestado nesta negociação por uma instituição que é multi-lateral e que, também na minha opinião, não deveria se colocar dessa maneira. Acho que o Prototype Carbon Fund foi colocado aqui muito rapidamente. Na verdade, ele é financiado por empresas e por alguns países para desenvolver um mercado, mas não para assumir posições como foram declaradas aqui. Esta questão que estamos tratando aqui é de enorme complexidade, e o tema que está sendo colocado para mim é o papel do Brasil nessa questão. O Brasil defendeu uma posição, que consta da Convenção de Mudanças Climáticas, de que todos os países deveriam ser signatários, inclusive aqueles que hoje são os mais refratários à regulamentação do Protocolo de Kyoto, o qual defende a estabilização do clima e a manutenção do sistema climático global, que está comprovadamente ameaçado, de acordo com o último relatório do IPCC apresentado em Xangai, pela emissão de carbono antropogênico. O Protocolo de Kyoto, que surgiu para regulamentar e detalhar basicamente as obrigações dos países industrializados, criou os chamados mecanismos flexíveis, que dão uma oportunidade muito importante, fundamental, para que essas obrigações sejam alcançadas com mais facilidade. Quero deixar muito claro para as pessoas que estão aqui: o objetivo do Protocolo de Kyoto é o mesmo da Convenção de Mudanças Climáticas, que é a manutenção do clima no planeta. Se o CDM vai ou não criar um mercado, isto é acessório do principal, que é a estabilização do clima no planeta. , O Protocolo de Kyoto prevê a redução das emissões de, em média, 5.2% dos países industrializados. Esta é a questão principal. Estou colocando isso porque toda a controvérsia que existe em relação aos sumidouros é pela maneira como estão sendo apresentados no contexto internacional: acredito que, se há uma posição mais liberal em relação a eles, é com a autorização dos países industrializados, os quais desfrutariam da vantagem de não fazerem as reduções domésticas substituindo-as por negociações no mercado de emissões de carbono. É por isso que existe uma grande divisão, inclusive no âmbito das ONGs, em relação a essa matéria, qual seja, um país não é favorável à criação dos sumidouros, ou à sua participação no processo, porque entende que os países industrializados, em última instância os maiores responsáveis pelo desequilíbrio do clima no planeta, não querem reduzir as suas emissões. Na verdade, a maioria dos países, como a maioria das ONGs, aqui representadas por Pró-Natura, WWF, Amigos da Terra Internacional, Greenpeace, Forest Trends e outras entidades defendem, mesmo que haja divergências internas, a implantação dos sumidouros com restrições, na medida em que os países envolvidos façam as reduções domésticas. Este é o ponto central da discussão. Em relação a isso todos os participantes da Conferência de Kyoto sofreram um grande abalo em termos do contexto da negociação, quando o presidente George Bush, há exatamente uma semana atrás, enviou uma carta ao Senado Americano dizendo que os Estados Unidos não estão dispostos a aceitar as reduções das emissões de carbono dentro de suas fronteiras.

Entendo, portanto, que o Banco Mundial não poderia e não deveria assumir posições em relação a esta matéria que é objeto de negociação entre países. O Banco Mundial não tem assento na Convenção das Partes. Pode sim ser um observador e tem, inclusive, obrigações na Convenção de Mudanças Climáticas

com relação às reduções de emissões. Poderíamos, então, discutir aqui se o Banco Mundial deve ou não financiar projetos que aumentam os sumidouros e diminuem as emissões. Estou colocando esta polêmica porque me sinto na obrigação de fazer essa ressalva do ponto de vista de contexto. Caso contrário poderíamos dar a impressão de que as pessoas que não aceitam, ou que tem restrições aos sumidouros, não são a favor da conservação da biodiversidade, do reconhecimento da importância dos serviços ambientais. Ainda porque, já que é um debate, acho que uma exposição como essa transmite conteúdos e idéias que têm que ser explicitados. É uma matéria extremamente complexa e posso dizer aqui, vendo o Roberto, o Peter May, a Mary que, pela primeira vez, eu vi ONGs radicalmente divididas nesta questão do clima, durante uma reunião em que estivemos juntos, em Belém. Quem não entender a complexidade da matéria do clima, dificilmente compreenderá o que nós estamos falando aqui. Até porque é em relação a ela que incidem muitas lógicas, sendo a primeira delas a lógica da negociação, que leva a determinadas condicionantes. A segunda lógica que acho importante é a grande contribuição, e esta eu quero enfatizar, do objetivo da convenção de mudanças climáticas que é, na verdade, salvaguardar o planeta. Estou colocando isso porque o CDM é um mecanismo financeiro que acho fundamental, é o instrumento econômico, que permite a criação e participação no mercado. O CDM deve estar vinculado a esta idéia, porque senão não serve, pelo menos para nós que estamos aqui. Isto é, ele tem que servir como instrumento de criação de um mercado que permita estabilizar o clima no planeta.

Em relação à posição brasileira, que é o que eu vim dizer aqui, esta sempre foi a mesma, acabando por gerar um mecanismo de desenvolvimento limpo. Era uma posição um pouco mais radical. O Brasil queria que houvesse uma fixação de metas e uma penalidade de dez dólares por tonelada emitida acima da meta determinada em 1992, e ampliada em Kioto cinco anos depois. A partir da aplicação desta penalidade ter-se-ia, na verdade, um fundo para financiar o desenvolvimento sustentável em alguns países. Essa é, inclusive, uma questão muito interessante para que se demonstre a complexidade da matéria. A diplomacia brasileira está pedindo estudos ao IPEA (está aqui o Ronaldo Serôa) para saber qual o valor da multa que deve ser aplicada aos países que não cumprirem o Protocolo de Kyoto. Para que o fato de descumprir a meta de Kyoto e pagar a multa não seja favorável, do ponto de vista econômico, esta pena tem que ser desestimuladora, no sentido de fazer com que o multado deixe de emitir e faça as reduções de carbono necessárias.

A posição brasileira tem sido muito clara e a liderança do Brasil nessa matéria, que é um pouco objeto do que estamos discutindo aqui, se dá de várias maneiras. O Brasil, junto com a China e a Índia, são países importantes nessa negociação internacional e o Brasil tem exercido uma liderança positiva na medida em que propõe criar um mecanismo de desenvolvimento limpo exigindo, inclusive, que esse mecanismo se efetive no sentido de garantir a sustentabilidade dos projetos a serem realizados nos países não inseridos no anexo 1. O Brasil tem defendido uma tese que também me parece importante, que é a da responsabilidade comum mas diferenciada.

Acho que o Brasil deve, mesmo no plano interno, assumir a questão da mudança climática com mais intensidade e continuar liderando esse processo dentro da perspectiva brasileira, criando o debate. Como esta é uma matéria de polêmicas internas no governo brasileiro, criou-se o Fórum, cujo objetivo é fazer com que a sociedade brasileira passe a enfrentar esse problema e entender o quanto é crucial a partir das chamadas vulnerabilidades. Entendo que essa matéria terá que ganhar peso no Brasil - sobre quais as cidades brasileiras que sofrerão maior impacto - caso venham a se realizar as previsões de aumento da temperatura entre mais ou menos 3 graus Celsius, num período de 100 anos, como determinou o último relatório do IPCC. Houve recentemente um comentário de um pesquisador brasileiro, que não apenas 5 cidades brasileiras serão afetadas, como também os seus quarenta milhões de habitantes. Ademais, como essas mudanças climáticas vão ou não afetar a agricultura brasileira? Em várias conversas que tive com a Isaura, e que terei com o presidente do BNDES, discutimos como a questão da mudança climática pode afetar a competitividade da economia brasileira. Porque é uma ilusão imaginar que a economia dos países industrializados irá se adaptar e fazer investimentos em redução de emissão, com ou sem Bush. A questão da mudança climática vai exigir modificações na sociedade global e, na minha opinião, é fato que isso trará um novo componente para as economias. É uma ingenuidade imaginar que a economia brasileira não será afetada pelos investimentos que os países participantes do anexo 1 farão. Vou dar um exemplo muito concreto para vocês: participei de um projeto com o governo britânico; na Inglaterra está sendo criado um tributo sobre mudanças climáticas. Me parece óbvio que, se uma indústria altamente poluidora tiver que fazer um investimento da ordem de cem milhões de dólares e uma concorrente não faz um investimento nesse mesmo valor, aquela vai procurar, formal ou informalmente, mecanismos de proteção do seu mercado em termos de competitividade. Portanto, temos que colocar essa temática de mudanças climáticas para a sociedade; este é o objetivo do Fórum.

Hoje pela manhã, em conversa com o presidente do IBGE, discutimos como a mudança climática pode afetar a sociedade e como há uma interface na questão de mudanças climáticas. A questão da pobreza por exemplo: temos vinte e três milhões de indigentes no Brasil e cinquenta e dois milhões de pessoas vivendo na linha abaixo da miséria, segundo os dados do IPEA. Se estas pessoas vierem a melhorar o seu padrão de vida, qual o impacto que isso terá nas emissões? E, portanto, até que medida um país como o Brasil pode aceitar mais ou menos compromissos? São questões que parecem muito abstratas, mas que têm que ser colocadas para a sociedade brasileira. O objetivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas é exatamente esse: abrir esse tipo de discussão, até mesmo em relação àquelas matérias em que a diplomacia brasileira tem se mantido bastante firme, radical, como a não inclusão de florestas em pé como sumidouro. Um dado importante é que esta discussão, que hoje tem sido restrita à diplomacia, aos cientistas e aos técnicos, terá que ser feita democraticamente com a sociedade brasileira, até para que ela possa se preparar para os impactos, para as dificuldades, para os desafios das chamadas mudanças climáticas.

Com relação ao mercado de que estamos falando, eu queria também fazer algumas observações. Por exemplo, quando se faz uma estimativa de um volume de recurso do CDM, esta estimativa depende da negociação, e o que aconteceu em Haia foi claramente isso; o volume de quanto se pode ou não reduzir domesticamente condiciona o mercado da seguinte forma: se um país não tem nenhuma restrição internacional, não tem que fazer nenhuma restrição doméstica. Assim, um país participante do anexo pode, em tese, comprar esses certificados. Se há de se impor um limite, como é um pouco a posição da Comissão Europeia, esse mercado se modifica muito ou seja, depende inclusive da discussão política que está se travando e que, como disse, sofreu um grande impacto na semana passada pela posição do presidente americano, por uma razão óbvia. Apesar dos Estados Unidos serem responsáveis por um quarto das emissões, o próprio Protocolo de Kyoto diz que o mesmo só entra em vigência se o equivalente a 55% dos países do anexo 1, em termos de emissão, o ratificarem. Isto quer dizer que os Estados Unidos são um país absolutamente chave nessa questão. Quero insistir para que as pessoas compreendam isso: o objetivo é reduzir as emissões e toda questão de incluir ou não um país e a metodologia utilizada para essa definição vai dizer quanto e como reduzir. Esta é a questão fundamental e tem sido a posição tradicional brasileira. A situação em geral se agravou depois da declaração norte-americana. Há pessoas mais otimistas e outras que acham que há uma radicalização nesse momento para poder negociar em outros termos no futuro. Acho que, do ponto de vista brasileiro, independentemente de qual seja a posição a ser defendida pelos outros países e a possibilidade de acordo, temos grande responsabilidade para com o clima do planeta. Devemos tomar as medidas necessárias e assumir obrigações com relação às mudanças climáticas, embora não legalmente ainda, e temos que nos preparar para isso, até em termos das oportunidades que vamos ter quanto ao próprio CDM.

Portanto, vejo com bons olhos as iniciativas que estão se realizando no Brasil. Aqui foi mencionada a iniciativa do Pró-Natura e da Peugeot, mas existem outras também. Os representantes da SPVS, o Clóvis está aí, o Divaldo em Bananal, e mais. Como foi colocado aqui, é um exercício desafiador que trás uma dificuldade: a falta de experiências anteriores neste campo. Por outro lado, quem tiver a capacidade de aprender neste processo estará mais capacitado e mais apto para realizá-lo. Quero fazer uma observação: quando o meu amigo aqui diz que se não forem implantados os sumidouros, alguns países não terão interesse nos CDMs, eu acho que ele tem absoluta razão. Isto é, se o CDM vai ser feito para aproveitamento de 3 países, Brasil, China e Índia, porque vamos permitir que os países do anexo 1 continuem poluindo? Só tem sentido participarmos de um clube, se também formos participantes dos dividendos por ele gerados. E aí temos uma dificuldade política muito grande, que é exatamente como montar um modelo para o CDM que permita que todo mundo seja beneficiado. Não vamos apoiar alguma coisa que permita que o outro, tendo reconhecida e legalmente assumido a sua obrigação de reduzir as emissões conforme o Protocolo de Kyoto, não cumpra suas obrigações e sejamos nós os prejudicados. Essa é uma posição que fica clara para quem mora, por exemplo, em Bangladesh e que vai ficar debaixo d'água, ou das ilhas que vão ficar também submersas, no caso de uma catástrofe

decorrente de problemas climáticos. Sou muito otimista em relação a isso e tenho comentado com as pessoas com quem convivo aqui na área de meio ambiente, que o tema da mudança climática tem uma particularidade que o torna diferente dos demais: todos os cidadãos, todos os indivíduos independentemente da classe social a que pertençam, vão sofrer os impactos das mudanças climáticas. Esse tema é dotado de uma universalidade que facilita a mobilização da sociedade e da opinião pública. Digamos assim, mesmo que haja uma enchente, uma inundação na Inglaterra, como houve recentemente, e que este fenômeno não seja comprovadamente um fenômeno associado à mudança climática, aquele que estiver debaixo d'água obviamente estará querendo que se tomem providências e vai se mobilizar para isso. Portanto, em relação a posições conservadoras, como está ocorrendo nos Estados Unidos, acho que a resposta é a mobilização da sociedade, que virá de qualquer jeito.

Por essa razão, além das razões éticas e imperiosas que todos conhecemos, acho esse um tema importante. Para finalizar, considero importante estarmos debatendo aqui. Em relação ao Fórum, estamos organizando as Câmaras Temáticas. Quero informá-los de que estamos abertos a sugestões. Estamos propondo, por exemplo, uma Câmara Temática chamada Exclusão Social, Mudanças Climáticas e Pobreza, exatamente para fazer com que este tema seja realmente capaz de mobilizar uma parte da sociedade brasileira que é afetada por esses aspectos e não sabe o que significam. Outra Câmara Temática que estamos pensando em trabalhar é sobre um projeto do EPA (agência ambiental americana) para São Paulo relativo à poluição local, gases de efeito estufa e saúde. É a oportunidade que temos de colocar estes assuntos para o cidadão afetado pelo problema mas que não tem consciência de que o problema existe. As câmaras temáticas têm a participação do governo e da sociedade civil, podendo ser por ela presididas.

Para finalizar quero dizer que, se for possível institucionalizar com sucesso o Fórum, este modelo de debater com a sociedade brasileira, questões globais, como a biodiversidade, é muito desafiador e estimulante. Isto é, fazer com que temas que até hoje têm sido conduzidos, basicamente, apenas pelo Ministério de Relações Exteriores tenham, na verdade, um rebatimento, uma repercussão, um debate na sociedade brasileira.

A organização IPAM representada aqui, está fazendo tentativas de aprovar mecanismos que possam agregar valor ao uso do solo em florestas para garantir uma mudança no padrão de fixação de carbono. De minha parte pelo menos, não sei se estou despertando uma preocupação na platéia. É interessante o fato de um executivo da Prototype Carbon Fund ter uma preocupação concreta, particularmente com os países que não teriam, em um primeiro momento, acesso aos recursos liberados através de um potencial CDM. Acho interessante isso ser debatido junto com mecanismos que possam implementar a convenção de biodiversidade e a convenção de desertificação, as quais não contêm mecanismos financeiros, a não ser através do GEF que é extremamente limitado, burocrático como já mencionei. Como vítimas da burocracia, acho que estamos efetivamente

na mão, com uma promessa do potencial do mercado de carbono a servir como fundamento para financiar todos os objetivos ambientais globais. Mas, se devemos depender desse mercado para essa finalidade, é uma questão a ser debatida. Para isso eu gostaria de abrir um pouco, se houver alguma pergunta da platéia sobre essa questão, antes de ir para o segundo bloco..

Onde estamos, em termos da criação efetiva do mercado de carbono, é uma questão extremamente impalpável no momento. Não sabemos onde isso iria dar; poderia ser COP 11, ou COP 12. COP 11 é uma brincadeira que faço, pois a próxima COP é a 7. Falamos 11 porque, considerando que não haverá avanço no governo Bush, estamos jogando para 11. Mas a COP 6,5, que é a COP que vai surgir, e que é a continuação da reunião de Haia vai, em tese, resgatar essa discussão. Esse é um dado importante. Em primeiro lugar, a negociação diplomática, segundo a ratificação de Kyoto. Estamos falando em tese, apesar do próprio protocolo de Kyoto dizer que o CVM teria que estar em curso a partir do ano 2000. Acho que essa é também uma questão importante. Temos aí uma previsão de tempo para que esses mecanismos estejam implementados, com um horizonte um pouco mais longo do que as pessoas estão imaginando.

A Convenção de Mudanças Climáticas foi assinada em 92 e entrou em vigência em 94. A primeira COP – Conferência das Partes - foi em 95 e, em 97 houve o Protocolo de Kyoto. Em 98 foi elaborado o chamado Plano de Buenos Aires. Este previa que na última reunião de Haia houvesse a regulamentação do Protocolo de Kyoto e daí em diante o processo de comercialização das emissões já começasse a ser desenvolvido. É difícil dizer quanto tempo levará para entrar em ação, porque quanto mais complicada for a negociação, mais tempo é ganho no sentido de não reduzir a emissões. Esse processo é complicado. No G77, que em tese são os países pobres, está a Arábia Saudita, e você sabe: a Arábia Saudita participando da negociação faz todo esforço para o negócio não dar certo. Enquanto não existe um acordo, ninguém está obrigado a reduzir as emissões. Enquanto o Protocolo de Kyoto não for ratificado, ou pelo menos regulamentado, não existe esse mercado, e por quê? Porque os países só estão obrigados à meta de redução média de 5.2% num período que vai a 2008, 2012, digamos 2010. Isso foi negociado em Kyoto em 1997. Ou seja, até o ano 2010 os países industrializados participantes do Anexo 1, teriam que reduzir em média 5.2% de suas emissões. Na medida em que não há negociação, não há mercado. Uma observação: do ponto de vista do clima do planeta, 5.2% de redução ao padrão de 90 é nada. O planeta precisa muito mais do que isso para manter a sua integridade climática. Do ponto de vista do Protocolo, a meta de 5.2% é uma penalidade, mas ainda uma tentativa de colocar o processo em andamento. Eu só queria fazer uma colocação ao Paulo Moutinho. Essa questão de quem vai receber os recursos, é uma discussão internacional, porque como é um título de mercado, até que ponto o mercado determina as regras? Imaginemos a seguinte pergunta: vai se investir num país como o Brasil, ou vai se investir em Gana? Em tese, se ficar por conta do mercado, você vai investir no Brasil porque tem mais segurança, etc, etc. Isso é para demonstrar a você como é extremamente complexa essa negociação. Agora, só para dar um dado sobre sumidouro: se

forem permitidos os sumidouros, a floresta amazônica por si só representa a meta de Kyoto. Basta preservar a Amazônia e você pode continuar emitindo a poluição para mostrar que, do ponto de vista do clima, mesmo que se aceite o sumidouro, a negociação é extremamente complexa e difícil. Este é um dado incontestável. Por isso tenho um pouco de dúvida sobre a posição do Bush com estratégia, se ele não radicalizou para abrir mais adiante e forçar todo mundo a aderir. Acho que vai precisar ter mais flexibilidade, até mesmo em relação aos sumidouros. Trata-se de uma lógica de negociação: você endurece até onde é possível, para poder negociar mais adiante.

//
